

# CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

- BENS DA FAZENDA PÚBLICA SÃO BENS PÚBLICOS  
(IMPENHORÁVEL E INALIENÁVEL)

1. REQUERIMENTO + DEMONSTRATIVO DISCRIMINADO E ATUALIZADO

## 2. INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA



UNIÃO (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO)  
ESTADOS (PROCURADORIA DO ESTADO)  
MUNICÍPIOS (PROCURADORIA DOS MUNICÍPIOS)  
DF (PROCURADORIA DO DF)



CARGA, REMESSA OU MEIO ELETRÔNICO  
(PRIORIDADE)

LEI 14.195/21

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

(...)

VII - informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e, no caso do § 6º do art. 246 deste Código, da Administração Tributária, para recebimento de citações e intimações.

Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei.

Direito Desenhado

## O que a Fazenda Pública pode alegar?

I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;

II - ilegitimidade de parte;

III - inexecuibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

IV - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;

V - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;

VI - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.

### CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA

### Como a Fazenda Pública paga o débito?

- FEITO POR PRECATÓRIO OU RPV

- a) Federal: até 60 salários mínimos;
- b) Estados: até 40 salário smínimos;
- c) Distrito Federal: Até 10 salários mínimos;
- d) Municípios: até 30 salários mínimos.

- NÃO PODE RATEAR/ DIVIDIR P/ RECEBER EM RPV

- ADVOGADO PODE SEPARAR SEU CRÉDITO

Súmula Vinculante 47: Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

- É PERMITIDA A CESSÃO DE CRÉDITO DO PRECATÓRIO